



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

PARECER PREGOEIRA

IMPUGNANTE : **G PLASTICOS COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PLASTICOS LTDA**
PREGÃO ELETRÔNICO N.º : **165/2022**
ASSUNTO : **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

1 RETROSPECTO

Trata-se de Impugnação formalizada pela empresa **G PLASTICOS COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PLASTICOS LTDA** em relação ao Pregão Eletrônico n.º 165/2022, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de containers plásticos para acondicionamento de resíduos orgânicos e não recicláveis no perímetro urbano para manutenção da coleta de resíduos orgânicos de origem domiciliar.

A impugnante questiona a forma de fabricação do material dos contentores exigir material injetado, alegando existirem no mercado outras formas de obter o mesmo produto, entre elas a rotomoldagem, a qual *barateia* o custo e não altera a qualidade do produto.

Previamente à avaliação da admissibilidade da impugnação, esta Pregoeira encaminhou o pedido à área técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que, apresentou parecer técnico a respeito dos questionamentos.

Em síntese, é o relatório.

2 JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

De acordo com o art. 23, § 1º, 2º e 3º do Decreto Municipal nº 251/2021, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital até o terceiro dia útil anteriores a abertura da sessão pública:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Preliminarmente há que se esclarecer que a referida impugnação não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em suspensão das etapas do certame, tampouco sua



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

remessa a autoridade superior, tem a Pregoeira nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme determina o art. 16 do Decreto Municipal nº 251/2021.

A impugnação foi enviada em 26 de outubro de 2022, sendo que a sessão pública que visa abertura dos envelopes está marcada para o dia 07 de novembro de 2022, conforme Aviso de Licitação, o que denota a sua **tempestividade**.

No mais, a impugnação foi apresentada por parte legítima e interessada, endereçada à autoridade competente e devidamente fundamentada.

Superado o juízo de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito.

3 DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Alega a Impugnante que a forma de fabricação do material dos contentores exigida é material injetado, porém existem no mercado outras formas de obter o mesmo produto, entre elas a rotomoldagem, a qual *barateia* o custo e não altera a qualidade do produto.

4 DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

Em resposta ao pedido de impugnação, a área técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente manifestou-se em seu parecer anexo pela pertinência das especificações do produto, concluindo que não há restrição à participação de vários fornecedores, conforme conclusão transcrita a seguir:

Em resposta ao pedido de impugnação e ou retificação do edital do Pregão eletrônico 165/2022, referente REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de containers plásticos para acondicionamento de resíduos orgânicos e não recicláveis no perímetro urbano para manutenção da coleta de resíduos orgânicos de origem domiciliar, enviado pela empresa G Plásticos Comércio Varejista e Atacadista de Plásticos LTDA, vimos por meio deste informar que:

Sobre a intenção de aquisição de contentor plástico em polietileno de alta densidade fabricado pelo processo de injeção: A construção da peça neste processo de fabricação assegura maior assertividade no que tange densidade, acabamento superficial e precisão dimensional. Peças moldadas por injeção tem como característica o uso do princípio de Pascal que estabelece que a pressão aplicada num ponto de um fluido em repouso transmite-se integralmente a todos os pontos deste fluido. Isso assegura homogeneidade na densidade do produto após solidificação em que o processo passa por contração térmica após resfriamento. O acabamento superficial é o mesmo do molde assim como sua precisão dimensional.

Outras formas de fabricação como o sistema de rotomoldagem foi projetado para ser uma opção barata a construção de peças e tem como formatação básica rotação do molde sem pressão de injeção. Dependendo da geometria da peça, as que estão mais longe do centro de giro sofrem com acelerações centrífugas maior do que as partes que estão mais perto. Isso deixa clara uma falta de homogeneidade com densidade. A precisão dimensional será dependente da estabilidade da rotação do molde e de sua aceleração até a rotação final, o que faz as tolerâncias dimensionais ficarem menos apuradas.

A necessidade do uso de polietileno de alta densidade no Contentor para suportar cargas de impactos, materiais cortantes e atos de vandalismo descoloca peças fabricadas por processo de



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

rotomoldagem. A rotomoldagem tem dificuldades em lidar com materiais de viscosidade mais elevada por conta da densidade como é o caso do polietileno necessário.

Não há inúmeros estudos provando que peças rotomoldadas são melhores que peças injetadas. São alguns casos de estudos e inclusive mostram o contrário, que peças rotomoldadas são passíveis de empenamento por conta da necessidade de gabaritação posterior e controles específicos no processo de resfriamento. Assim sendo, as alterações de dimensões não são completamente desprezíveis.

A espessura da peça injetada não tem nenhuma relação com o tipo de processo e sim com a geometria do molde utilizado. Se as peças injetadas podem utilizar polietileno de alta densidade, sua capacidade de resistência mecânica é mais elevada que peças em polietileno de média densidade. Se não fosse assim, não existiria a diferença de densidade entre os polietilenos.

Os polietilenos de alta densidade são confiáveis o suficiente para fabricação de reservatórios de combustível para carros, embalagens de produtos químicos, e até base de morteiros.

O polietileno de média densidade é uma mistura mecânica do polietileno de baixa densidade com o polietileno de alta densidade. Além disso, apesar de parecido com o polietileno de alta densidade, ele é um pouco menos resistente, menos rígido e mais permeável que o polietileno de alta densidade.

Ao compararmos o polietileno de média densidade com os polietilenos de alta e baixa densidade conseguimos encontrar as seguintes diferenças:

Aumento na resistência à tração em relação ao PEBD;

Maior flexibilidade em relação ao PEAD;

Aumento de brilho de superfície em relação ao PEBD;

Aumento de resistência à permeação de ar e água em relação ao PEBD e,

Aumento de resistência química em relação ao PEBD.

Sua principal utilização é fazer a cobertura de cabos para energia e telecomunicações. A responsabilidade de ações mecânicas sobre a estrutura em média densidade é menor que em alta densidade.

O basculamento no caminhão exige que a peça suporte impactos mecânicos no trabalho e tenha resistência à fadiga mecânica. Uma peça injetada, por conta da densidade maior suporta essas cargas com mais aceitação.

Dessa forma nos cabe sim, desqualificar o produto por rotomoldagem, optando pelo sistema de fabricação do tipo "injetado".

Portanto, não será alterado o objeto do edital quanto ao processo de fabricação.

5 DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA

É cediço que a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre uma série de outros que marcam o regime jurídico administrativo. Conforme disciplinado no A. 37. XXI da nossa Carta Maior:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI -ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que a segure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO

Estado do Paraná

Um dos mais importantes é o Princípio da Isonomia, que vem para assegurar um tratamento igualitário a todos os licitantes com vistas a ampliar o rol de interessados e obter, assim, a proposta mais vantajosa a administração pública. Esse princípio vem estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.666/93. a saber:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

É mister salientar que a Lei nº 8.666/93 seu art. 3º. Caput, tratou de conceituar licitação em conformidade com os conceitos doutrinários estabelecendo os princípios do julgamento objetivo e igualdade como estritamente relevantes no julgamento das propostas:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Assim, vê-se que o presente Edital não viola o princípio da isonomia, pois não estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação, não prevê exigência desnecessária e não impõe requisitos desproporcionados e, também, não adota discriminação ofensiva dos valores constitucionais ou legais e, dessa forma, não há razões para alteração do edital.

6 CONCLUSÃO

Deste modo, com fulcro no que fora acima ponderado, CONHEÇO o pedido de Impugnação, posto que tempestivo, e, no mérito, por não restar violado nenhum princípio da administração, quiçá alguma norma jurídica, julgo IMPROCEDENTE a Impugnação, mantendo inalterados os termos do Edital.

É o parecer, submetido à honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Francisco Beltrão/PR, 27 de outubro de 2022.

SAMANTHA PÉCOITS
PREGOEIRA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 47/2022.